



CONSELHO GERAL

Ata Número Cinquenta e Dois

----- Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, reuniu, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efetuada a vinte e dois de outubro do ano de dois mil e dezoito. -----

----- Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, folha que faz parte integrante desta ata. -----

----- Nesta reunião registou-se a ausência, previamente justificada, dos senhores conselheiros André Barreto, António Pereira, António Reis, Helder Lopes, Luiz Lopes e Paulo David. -----

----- Nesta altura registou-se a ausência temporária da Sra. Conselheira Margarida Pocinho e dos senhores conselheiros António Trindade e Marco Nascimento. -----

----- **Ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da ata número cinquenta e um do Conselho Geral**. O Sr. Presidente do Conselho Geral perguntou, aos senhores conselheiros presentes, se tinham alguma observação a fazer ou alteração a propor à ata. Nada havendo a registar, foi a ata submetida a votação, tendo sido ratificada por maioria com zero votos contra, uma abstenção e onze votos a favor. -----

----- **Ponto dois** da ordem de trabalhos, **Informações**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a prestar ao Conselho as seguintes informações: -

- a) Candidaturas aos primeiros ciclos de estudos da UMa, no âmbito do Concurso Nacional de Acesso, e aos cursos técnicos superiores profissionais.** O Sr. Reitor informou os senhores conselheiros sobre os resultados das candidaturas ao Ensino Superior relativas à Universidade da Madeira e respetivo preenchimento de vagas, no ano letivo de dois mil e dezoito/dois mil e dezanove, tendo mostrado satisfação pela progressiva estabilização deste processo através do concurso nacional de acesso, na medida em que se verificou um crescimento do número de alunos colocados. -----

----- Nesta altura registou-se a presença da Sra. Conselheira Margarida Pocinho. -----

L
B

b) **Casa Comum da Humanidade.** Neste ponto foi, pelo Sr. Reitor, solicitado ao Sr. Conselheiro Viriato Soromenho-Marques, associado fundador do projeto “Casa Comum da Humanidade”, a apresentação aos senhores conselheiros do teor do mesmo. Formalizada em ato legal realizado na cidade do Porto em 24 de Setembro de 2019, com sede na Universidade do Porto e tendo já outras Universidades como parceiras, a “Casa Comum da Humanidade”, criada por uma iniciativa do jurista Paulo de Magalhães iniciada em 2007, e secundada por dezenas de personalidades e organizações de vários países, pretende contribuir a criação de um ordenamento jurídico internacional, no quadro das Nações Unidas, que permita combater as grandes crises globais que afetam o funcionamento transversal dos grandes ciclos biofísicos dos ecossistemas planetários - que não se confinam à visão vertical e territorial da soberania estadual prevalecente no actual direito internacional - nomeadamente as que derivam das alterações climáticas e da degradação ambiental, necessitando por isso de uma proteção suplementar fundada na cooperação ativa e legalmente vinculativa entre todos os Estados. Neste sentido, a “Casa Comum da Humanidade” irá promover protocolos de colaboração para o ensino e investigação, de que a Universidade da Madeira fará parte. O Conselho Geral, sob proposta do seu Presidente, acolheu esta iniciativa e a ela se quis associar, referindo-se a um “sinal de esperança” para a Humanidade. -----

----- Nesta altura registou-se a presença do Sr. Conselheiro Marco Nascimento. -----
A associação da Universidade da Madeira à iniciativa da “Casa Comum da Humanidade” foi, pelos senhores conselheiros aprovada por unanimidade - **deliberação número duzentos e vinte e quatro/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

c) **Comemorações dos trinta anos da UMa.** Neste ponto, o Sr. Reitor informou o Conselho da decisão da Comissão Académica do Senado para, no âmbito das comemorações dos trinta anos da Universidade da Madeira, formar uma Comissão Executiva, com o propósito de coordenar um programa de atividades até maio de dois mil e dezanove. Informou ainda o Conselho que, dentro das iniciativas já avançadas, foi criada uma “Distinção Alumni”, encontrando-se já regulamentada e com o júri criado. -----

d) **Dotação do Orçamento de Estado para dois mil e dezanove.** Neste ponto, o Sr. Reitor informou o Conselho sobre a dotação da Universidade da Madeira, no Orçamento de Estado para dois mil e dezanove, tendo demonstrado preocupação e reserva relativamente a alguns aspetos, como a previsão da redução das

propinas, a progressão das carreiras, a regularização da situação dos “precários” e o emprego científico, sem que se verifique a respetiva compensação total, podendo, a médio prazo, contabilizar-se eventual perca na ordem de meio milhão de euros. -----

----- Nesta altura registou-se a presença do Sr. Conselheiro António Trindade. -----

- e) **Avaliação dos docentes dois mil e treze, dois mil e quinze.** Neste ponto, o Sr. Reitor falou sobre a atual situação da avaliação ao corpo docente da Universidade da Madeira, nomeadamente ao prazo de reclamações que ora decorre. Sobre esta matéria registaram-se algumas posições dos conselheiros presentes, relativamente à forma como os docentes têm de proceder informaticamente, para manterem atualizada a informação sobre a sua atividade científica, o que pode condicionar a necessária atualização sistematizada dos dados e influenciar os resultados obtidos.
- f) **Preparatórios do Mestrado Integrado em Medicina (Ciclo Básico de Medicina).** Neste ponto, o Sr. Reitor falou ao Conselho sobre a atual situação do Curso Preparatório do Mestrado Integrado em Medicina e das questões colocadas pela A3ES após a recente avaliação. Neste sentido, informou o Conselho sobre os passos que estão a ser dados com vista à consolidação e reforço do curso, nomeadamente tendo em conta o desejo de que se leccione na UMa o terceiro ano.
- g) **Outras informações.** Neste ponto, o Sr. Reitor informou ainda o Conselho que, na sequência do pedido de cessação de funções formulado pela Doutora Susana Teles, na qualidade de administradora da Universidade da Madeira, foram nomeados, o Dr. Ricardo Gonçalves, à altura administrador dos Serviços de Ação Social da UMa, para administrador da Universidade da Madeira e a Dra. Margarida Santana, para administradora dos Serviços de Ação Social da UMa.--

----- **Ponto três da ordem de trabalhos, Fixação das propinas para o ano letivo 2019/20.** Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou o Sr. Reitor a prestar ao Conselho os esclarecimentos necessários sobre a fixação das propinas para o ano letivo de dois mil e dezanove/dois mil e vinte. O Sr. Reitor explicou que o assunto fora debatido e aprovado em Senado, com votos contra dos estudantes. Concluída a exposição pelo Sr. Reitor foi aberto o debate, tendo o assunto sido largamente discutido, nomeadamente no que diz respeito ao problema que se pode levantar se a decisão da tutela transitar de uma redução obrigatória da propina, para a sua total anulação, particularmente para os primeiros ciclos e para, pelo menos, os segundos ciclos considerados necessários ao

l
8

exercício de uma profissão. Os montantes anuais propostos para as propinas da Universidade da Madeira, no ano letivo de dois mil e dezanove, dois mil e vinte são¹:

- **Cursos técnicos superiores profissionais:** 700,00 €.

- **1.ºs ciclos de estudos:** o valor que seja fixado como o valor da propina máxima para os 1.ºs ciclos de estudos em 2019/20.

- **2.ºs ciclos de estudos:**

- a) Mínimo – igual ao valor das propinas dos 1.ºs ciclos de estudos em 2019/20;
- b) Máximo – 4000,00 €;
- c) Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos de estudos, poderá variar entre os valores mínimo e máximo referidos.

- **3.ºs ciclos de estudos:**

- d) Mínimo – 1500,00 €;
- e) Máximo – 5000,00 €;
- f) Salvo determinação legal em contrário, o valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos de estudos, poderá variar entre os valores mínimo e máximo referidos.

- **Outros ciclos de estudos e programas de formação não conferentes de graus, com duração igual ou superior a 60 ECTS:**

- g) Mínimo – valor igual ao valor das propinas dos 1.ºs ciclos de estudos em 2019/20.
- h) O valor da propina, a propor pelos responsáveis dos ciclos de estudos, deverá ter em conta os custos envolvidos, não podendo ser inferior ao valor mínimo referido.

- **Estudantes internacionais²:**



- i) **1.ºs ciclos de estudos** – 4000,00 €;
- j) **2.ºs ciclos de estudos** – 4000,00 €;
- k) **3.ºs ciclos de estudos** – igual ao valor da propina do estudante nacional.

Número máximo de prestações para o pagamento do montante anual das propinas: dez (10).

-----Os montantes anuais propostos para as propinas da Universidade da Madeira, no ano letivo de dois mil e dezanove/dois mil e vinte foram discutidos, votados e aprovados por maioria, com zero votos contra, três abstenções e doze votos a favor, tendo os conselheiros Marco Nascimento e Maurício Ornelas feito uma declaração de voto que se

¹ Os montantes indicados poderão não se aplicar a cursos alvo de protocolos específicos.

² Os montantes indicados poderão ser reduzidos no âmbito de protocolos específicos, mas não poderão ser inferiores ao valor das propinas dos estudantes nacionais e dos estudantes provenientes de outros Estados da União Europeia.

anexa a esta ata - **deliberação número duzentos e vinte e cinco/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

-----**Ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Património da UMa**. Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral pediu ao Sr. Reitor que explicasse ao Conselho a proposta referente à possibilidade de alienação de património da UMa, nomeadamente do edifício da Rua da Carreira. O Sr. Reitor informou o Conselho que existiam potenciais interessados na aquisição do edifício, e que a sua eventual venda poderia contribuir para viabilizar a construção de uma nova estrutura na Quinta de S. Roque. Assim, o Sr. Reitor solicitou autorização ao Conselho Geral para que a Reitoria pudesse desenvolver iniciativas conducentes a uma eventual alienação do edifício da Universidade, na Rua da Carreira (onde funcionou o antigo Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira), se tal permitir viabilizar a construção de uma infraestrutura pedagógico-científica na Quinta de São Roque da Universidade. O Sr. Reitor chamou, ainda, a atenção para o facto de a eventual alienação do edifício, em concreto, ter de ser sempre sujeita à autorização do Conselho Geral, bem como dos ministros das finanças e da tutela. Aberto o debate foi ouvido o Conselho que discutiu, votou e aprovou a proposta por unanimidade - **deliberação número duzentos e vinte e seis/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

-----**Ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Análise do relatório final da Comissão de Avaliação Externa da A3ES relativa à avaliação institucional da Universidade da Madeira e da decisão do Conselho de Administração da A3ES**. Neste ponto e embora a documentação a que se refere fosse já do conhecimento da Academia, o Sr. Reitor quis ouvir o Conselho e debater os resultados da Avaliação Externa à Universidade da Madeira. O debate foi aberto e registadas algumas das preocupações dos senhores conselheiros, nomeadamente no que concerne ao número de Unidades Orgânicas, Unidades Curriculares e Cursos, à sobreposição de órgãos nas suas competências e à implementação do processo relativo à Qualidade. Na medida em que algumas das recomendações efetuadas pela Comissão de Avaliação Externa da A3ES, a serem seguidas, implicam uma alteração estatutária, ficou este assunto para uma reunião futura, nomeadamente com a presença dos presidentes da Faculdades. -----

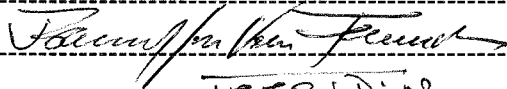
-----**Ponto seis** da ordem de trabalhos, **Outros assuntos**. Neste ponto, o Sr. Presidente perguntou aos senhores conselheiros se tinham algum assunto a expor, tendo solicitado a palavra a Sra. Conselheira Cristina Camacho, para informar o Conselho da realização do ‘V Encontro de Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores das Universidades Públicas e Politécnicos’, a doze de outubro último, na Universidade de Lisboa, em que

participou. Neste 'Encontro' esteve ainda presente, na representação da Universidade da Madeira, a Dra. Teresa Norton Dias, a fim de se inteirar sobre procedimentos para a organização do 'VI Encontro', que se realizará na Universidade da Madeira, em dois mil e dezanove. -----

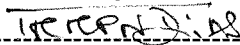
----- Ainda neste ponto registou-se a intervenção do Sr. Conselheiro Maurício Ornelas, que pretendia saber como estavam as negociações com o Free State, e apurar sobre a continuidade de envio de estudantes daquele Estado sul-africano para a Universidade da Madeira, a que o Sr. Reitor respondeu que se encontrava preocupado com este assunto, pois, embora já tenham sido regularizadas todos os pagamentos relativos ao ano letivo transato, ainda não é certo se serão enviados novos alunos neste ano letivo, ao contrário do que está previsto no protocolo. -----

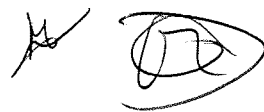
----- Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho Geral perguntou aos senhores conselheiros se era por eles dado à mesa um voto de confiança para elaboração da ata, produzindo esta efeitos imediatos e devendo ser ratificada na próxima reunião do Conselho Geral, voto este que mereceu a concordância unânime dos presentes. Nestes termos, foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei. -----

Francisco José Vieira Fernandes -----



Teresa Maria de Moura Portugal Norton Dias -----





Declaração de Voto

A presente declaração de voto é referente ao ponto 3, da ordem de trabalhos, da reunião do Conselho Geral do dia 29 de Outubro de 2018.

Nesse ponto, cujo âmbito prende-se com a fixação das propinas para o ano letivo 2019/2020, o nosso sentido de voto consubstancia-se na abstenção, pelas seguintes razões:

1. A manutenção da propina no valor máximo permitido por lei, comumente designada de “propina máxima”, significa que os alunos da Universidade da Madeira estão à mercê da vontade dos Governos aquando da elaboração, e posterior aprovação, do Orçamento de Estado. Se este ano assistimos a uma descida significativa do valor da propina, no próximo ano, podemos, hipoteticamente, assistir a um aumento exponencial da mesma. Não podemos aprovar um documento que deixa esta questão explícita na sua redação.
2. Por outro lado, votar contra este documento, seria votar contra uma descida de propinas, o que, embora à primeira vista possa parecer contraproducente, não é, na medida em que o valor máximo da propina desceu em 212 euros. Tal significa que estarmos contra esta proposta, estaríamos contra esse valor, o que não se verifica.
3. Sendo assim, a única alternativa possível é a abstenção. Ressalvamos ainda, que a descida de 212 euros no valor da propina é positiva, sendo fundamental, no entanto, salvaguardar a ação social no ensino superior, a criação de mais residências universitárias, e o reforço do financiamento das

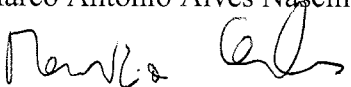
Universidades, nomeadamente a Universidade da Madeira, sob pena de, face à perda de receitas advindas da diminuição da propina, serem as instituições de ensino superior a sair prejudicadas. Tal facto prejudicará, em primeira e última instância, os alunos, que verão a qualidade e padrões da UMa severamente ameaçados.

Funchal, 29 de Outubro de 2018

Os Membros do Conselho Geral

Maurício Manuel Abreu Ornelas

Marco António Alves Nascimento



Marco Nascimento